



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

BÁRBARA AIRES DELFINO

**REFLEXO DA NBC TG 06 – OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
NOS ÍNDICES FINANCEIROS DAS EMPRESAS QUE COMPUSERAM O IAGRO –
FFS B3: UM ESTUDO A PARTIR DO MODELO CONCEITUAL DE MUDANÇA
INSTITUCIONAL.**

**CAMPINA GRANDE
2023**

BÁRBARA AIRES DELFINO

**REFLEXO DA NBC TG 06 – OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
NOS ÍNDICES FINANCEIROS DAS EMPRESAS QUE COMPUSERAM O IAGRO –
FFS B3: UM ESTUDO A PARTIR DO MODELO CONCEITUAL DE MUDANÇA
INSTITUCIONAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo), apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, do Departamento de Contabilidade, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Pesquisa em Contabilidade.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Maria da Paixão Duarte.

Coorientador: Prof. Dr. Mamadou Dieng.

**CAMPINA GRANDE
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D349r Delfino, Barbara Aires.

Reflexo da NBC TG 06 – operações de arrendamento mercantil nos índices financeiros das empresas que compuseram o IAGRO –FFS B3: um estudo a partir do modelo conceitual de mudança institucional. [manuscrito] / Barbara Aires Delfino. - 2023.

35 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Ana Maria da Paixão Duarte, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA. "

"Coorientação: Prof. Dr. Mamadou Dieng , Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. IFRS . 2. Arrendamento mercantil. 3. Índices financeiros.
4. Teoria institucional. I. Título

21. ed. CDD 657.3

BÁRBARA AIRES DELFINO

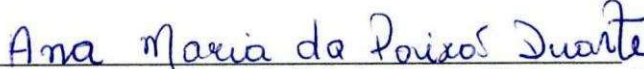
REFLEXO DA NBC TG 06 – OPERAÇÕES DE ARREDAMENTO MERCANTIL NOS ÍNDICES FINANCEIROS DAS EMPRESAS QUE COMPUSERAM O IAGRO – FFS B3: UM ESTUDO A PARTIR DO MODELO CONCEITUAL DE MUDANÇA INSTITUCIONAL.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo), apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, do Departamento de Contabilidade, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.


Área de concentração: Pesquisa em Contabilidade.

Aprovada em: 23 de novembro de 2023.

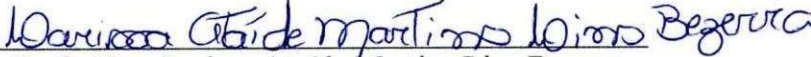
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Ana Maria da Paixão Duarte (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Mamadou Dieng (Coorientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª. Dra. Larissa Ataíde Martins Lins Bezerra
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Conjunto de índices financeiros.....	11
Tabela 2 – Quantidade de empresas do IAGRO – FFS B3 observadas por subsetores.....	15
Tabela 3 – Índices financeiros	16
Tabela 4 – Estatística descritiva dos componentes patrimoniais.....	17
Tabela 5 – Média geral dos índices 2018 (antes da adequação da IFRS 16).....	18
Tabela 6 – Média geral dos índices 2019 (depois da adequação da IFRS 16)	19
Tabela 7 – Variações dos índices financeiros após a adoção do IFRS 16	19
Tabela 8 – Estatísticas descritivas dos índices financeiros.....	19
Tabela 9 – Teste de Wilcoxon e Teste de D-Cohen.....	20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Ativo Permanente
B3	Brasil Bolsa Balcão
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CT	Capital de Terceiros
EBIT	<i>Earnings Before Interest and Taxes</i>
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>
ELP	Exigível a Longo Prazo
FASB	<i>Financial Accounting Standard Board</i>
IAGRO-FFS	Índice Agro <i>Free Float</i> Setorial
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IEE	Índice de Energia Elétrica
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
LL	Lucro Líquido
MEC	Ministério da Educação
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
PC	Pronunciamento Contábil
PC	Passivo Circulante
PL	Patrimônio Líquido
RLP	Realizável a Longo Prazo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	REVISÃO DE LITERATURA E FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES	10
3	METODOLOGIA A SER EMPREGADA	14
3.1	Desenho do estudo	14
3.2	Amostra do estudo	15
3.3	Cálculo dos índices financeiros	15
3.4	Análise dos dados e apresentação dos resultados	16
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES DAS HIPÓTESES	17
4.1	Análise descritiva	17
4.2	Análise dos testes	20
4.3	Discussão dos resultados	21
5	CONCLUSÕES	21
	REFERÊNCIAS	22
	APÊNDICE A – BASE DE DADOS PARA REVISÃO DE LITERATURA	25
	APÊNDICE B – EMPRESAS QUE COMPUSERAM A AMOSTRA DO ESTUDO	27
	APÊNDICE C – DADOS COLETADOS DIRETAMENTE DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DAS EMPRESAS	29
	APÊNDICE D – CÁLCULO DOS ÍNDICES FINANCEIROS	31
	APÊNDICE E – REFLEXOS DA ADOÇÃO NOS ÍNDICES FINANCEIROS	33

REFLEXO DA NBC TG 06 – OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL NOS ÍNDICES FINANCEIROS DAS EMPRESAS QUE COMPUSERAM O IAGRO – FFS B3: UM ESTUDO A PARTIR DO MODELO CONCEITUAL DE MUDANÇA INSTITUCIONAL.

Bárbara Aires Delfino¹
Ana Maria da Paixão Duarte²

RESUMO

A aprovação à adequação do *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS16) referente a operação de arrendamento mercantil provocou mudança na prática contábil das empresas, principalmente porque estas operações antes eram classificadas e reconhecidas na contabilidade como operações de arrendamento operacional e financeiro e depois foram reclassificadas como operações de arrendamento mercantil único. Assim, o objetivo geral deste estudo consistiu em analisar o reflexo do novo normativo provocado nos índices financeiros das empresas que compuseram o Índice Agro Free Float Setorial B3, por conta da adoção do IFRS 16 na prática da contabilidade, com propósito de associar estas empresas às empresas inovadoras ou empresas adotantes tardias, a partir do modelo conceitual de mudança institucional de Dillard *et al.* (2004). Para isso, foi adotada a abordagem quantitativa, selecionado o método de procedimento pesquisa documental e a análise descritiva dos cálculos realizados nos índices financeiros de estrutura, de liquidez e de rentabilidade, com base nos dados utilizados dos relatórios financeiros já publicados das respectivas empresas, correspondentes aos anos 2018 e 2019, um ano antes e um ano depois da adequação do novo normativo, além de utilizar o teste de Wilcoxon e o teste de D-Cohen para verificar o reflexo do normativo nos índices observados entre aqueles anos. Os resultados da estatística descritiva apresentados para os componentes patrimoniais, Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, revelaram uma variação negativa na relação entre o Ativo Circulante relativo ao ano de 2018 quando comparado com o ano 2019, para os demais componentes patrimoniais a variação foi positiva quando comparados o de 2019 com o ano de 2018. Já os resultados dos testes Wilcoxon e D-Cohen permitiram que apenas H1 fosse rejeitada ($Z = 1571,5$; $p\text{-valor} = 0,02975$ e $Z = 841$; $p\text{-valor} = 0,02865$), demonstrando a relação não significativa entre a prática da contabilidade com a aplicação do IFRS 16, não associando essas empresas às empresas inovadoras. Contudo, os testes permitiram que H2 ($Z = 1044$; $p\text{-valor} = 0,555$ e $Z = 1060$; $p\text{-valor} = 0,6239$) e H3 ($Z = 949$; $p\text{-valor} = 0,1220$ e $Z = 1299$; $p\text{-valor} = 0,05864$) fossem significantes e não rejeitadas, recomendando a associação entre as empresas observadas às empresas inovadoras, a partir do modelo de mudança institucional adotado no estudo. Esses resultados embora diverjam de resultados apresentados dos estudos anteriores (COLARES *et al.*, 2018; PINHEIRO, 2019; LUIS, 2020; RODRIGUES *et al.*, 2021), eles convergem com a lente teórica institucional e reforçam a associação das empresas do Índice Agro Free Float Setorial B3 às empresas que desenvolvem as práticas contábeis relacionados com as regras e valores instituídos socialmente pelos órgãos e agências reguladoras. Os principais contribuições e impactos do estudo estão relacionados com a extensão da literatura contábil à luz de lente Teórica Institucional.

1 Bárbara Aires Delfino – Aluna do Curso Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. E-mail: barbara.delfino@aluno.uepb.edu.br.

2 Ana Maria da Paixão Duarte – Docente do Curso Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. E-mail: anamariapaixão@servidor.uepb.edu.br

Palavras-Chave: IFRS 16. Arrendamento Mercantil. Índices Financeiros. Teoria Institucional.

ABSTRACT

The approval of the adequacy of the International Financial Reporting Standards (IFRS16) regarding leasing operations caused changes in companies' accounting practices, mainly because these operations were previously classified and recognized in accounting as operating and financial leasing operations and were later reclassified as operations single commercial lease. Thus, the general objective of this study was to analyze the impact of the new regulations on the financial indices of the companies that made up the Agro Free Float Sector B3 Index, due to the adoption of IFRS 16 in accounting practice, with the purpose of associating these companies with innovative companies or late adopting companies, based on the conceptual model of institutional change by Dillard et al. (2004). To this end, a quantitative approach was adopted, the documentary research procedure method was selected and the descriptive analysis of the calculations carried out in the financial structure, liquidity and profitability indices, based on data used from the already published financial reports of the respective companies, corresponding to the years 2018 and 2019, one year before and one year after the adaptation of the new regulations, in addition to using the Wilcoxon test and the D-Cohen test to verify the impact of the regulations on the indices observed between those years. The results of the descriptive statistics presented for the equity components, Current Assets, Non-Current Assets, Current Liabilities and Non-Current Liabilities, revealed a negative variation in the relationship between Current Assets relative to the year 2018 when compared to the year 2019, for the others equity components the variation was positive when comparing 2019 with 2018. The results of the Wilcoxon and D-Cohen tests allowed only H1 to be rejected ($Z= 1571.5$; $p\text{-value}= 0.02975$ and $Z= 841$; $p\text{-value}= 0.02865$), demonstrating the non-significant relationship between the practice of accounting and the application of IFRS 16, not associating these companies with innovative companies. However, the tests allowed that H2 ($Z= 1044$; $p\text{-value}= 0.555$ and $Z= 1060$; $p\text{-value}= 0.6239$) and H3 ($Z= 949$; $p\text{-value}= 0.1220$ and $Z= 1299$; $p\text{-value}= 0.05864$) were significant and not rejected, recommending the association between observed companies and innovative companies, based on the model of institutional change adopted in the study. These results, although they differ from the results presented in previous studies (COLARES et al., 2018; PINHEIRO, 2019; LUIS, 2020; RODRIGUES et al., 2021), they converge with the institutional theoretical lens and reinforce the association of companies in the Agro Index Free Float Sector B3 to companies that develop accounting practices related to the rules and values socially established by regulatory bodies and agencies. The main contributions and impacts of the study are related to the extension of accounting literature in the light of an Institutional Theoretical lens.

Keywords: IFRS 16. Commercial Leasing. Financial Indices. Institutional Theory.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, desde o sancionamento da Lei nº 11.638, de 27 de dezembro de 2007, que provocou mudanças na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, autorizando os órgãos e agências reguladoras emitirem normas de contabilidade em consonância com os padrões internacionais adotados nos principais mercados de valores mobiliários, que estas entidades têm se esforçado na busca pela prática da contabilidade por meio das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)

(Chand; Patel, 2008). O principal objetivo desse esforço pelos órgãos e agências reguladoras foi estabelecer que a prática da contabilidade adotada pelas empresas, que antes era realizada por normativo nacional, agora fosse realizada por padrões internacionais. Esse objetivo foi motivado pela necessidade de promover a comparabilidade das práticas contábeis em todo o mundo (IFRS, 2022).

Neste contexto, surge a normatização em torno das operações de arrendamento mercantil, em consonância com os padrões internacionais, a mesma ocorreu em 2016 com a emissão do IFRS 16 – *Leasing* pelo IASB. Essa emissão se deu por conta dos estudos iniciados em 2004, pelo próprio IASB juntamente com o *Financial Accounting Standard Board* (FASB), estimando que cerca de US\$ 3 trilhões em obrigações de arrendamento mercantil (*leasing*) estavam fora dos registros contábeis (Săcărin, 2017). No Brasil, a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) Técnica Geral (TG) 06 – operações de arrendamento mercantil equivale ao IFRS 16 – *Leasing*.

O fundamento dessa norma consiste no compromisso dos órgãos e agências reguladoras em reclassificar o arrendamento mercantil da ótica do arrendatário para a ótica do arrendamento mercantil único, com base em princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dessas operações na elaboração das demonstrações contábeis pelas empresas. Dessa forma, só a partir de 1º de janeiro de 2019, foi estabelecida a adequação para aumentar a transparência e a fidedignidade das demonstrações, reconhecendo ativos e passivos para todas as formas de *leasing* e conseqüentemente afastando a figura do arrendatário (arrendamento operacional e financeiro) (Campanha e Santos, 2020).

Nessa perspectiva, Dillard, Rigsby e Goodman (2004) explicam, a partir do modelo conceitual de mudança institucional, que a mudança causada pela introdução de uma adequação na prática da contabilidade pelas empresas consiste numa prática que é considerada legítima pelos órgãos e agências reguladoras para regular as ações nas empresas. Sendo assim, as empresas podem no contexto social, muitas vezes, adotar alternativas: (1) as empresas aderem à adequação do normativo e reproduzem socialmente as regras e valores instituídos pelos órgãos e agências reguladoras; (2) as empresas podem não aderir à adequação do normativo desafiando as regras e valores instituídos pelos órgãos e agências reguladoras. Nessas condições, têm-se que as empresas primeiras são chamadas de empresas inovadoras, ou seja, são as empresas que desenvolvem as práticas contábeis convergentes com as regras e valores instituídos pelos órgãos e agências reguladoras; e as empresas últimas são chamadas empresas adotantes tardias de tais práticas, que consistem nas empresas que imitam as práticas das empresas inovadoras, porém não assimilam as regras e valores instituídos socialmente.

Vários estudos apontam a importância da aplicação do IFRS 16/NBC TG 06, na contabilização das operações de arrendamento mercantil, para a elaboração dos relatórios contábil-financeiros mais fidedignos. Por exemplo, Ribeiro *et al.* (2015) demonstraram que houve de forma geral mudanças no comportamento dos indicadores financeiros de estrutura das empresas a partir da adoção dos padrões IFRS. Cezario (2017) analisou o potencial impacto nos índices financeiros da empresa do setor aéreo, a Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., em função da nova forma de contabilização dos arrendamentos. Colores *et al.*, (2018) identificaram quais foram os efeitos da adoção da IFRS 16 nas contas patrimoniais e nos indicadores de desempenho de entidades arrendatárias. Matos e Múcia (2019) apresentaram uma visão contábil prática e crítica da nova norma de *leasing* sob a ótica das arrendatárias. Pinheiro *et al.* (2019) investigaram as mudanças ocorridas na forma de contabilização dos indicadores econômico-financeiros das empresas do setor aéreo Latam, Gol e Azul entre os anos de 2010 a 2018. Campanha e Santos (2020) mostraram que os indicadores como, o índice de liquidez, o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (EBITDA), o *Earnings Before*

Interest and Taxes (EBIT), o lucro operacional e o retorno sobre o patrimônio líquido das empresas foram diretamente afetados com a nova norma contábil.

Esses vários estudos apresentam vários efeitos da aplicação IFRS 16/NBC TG 06 na prática da contabilidade pelas empresas. A evidência é consistente na indicação de que o normativo aumenta a transparência e a fidedignidade das demonstrações contábeis das empresas. Contudo, conforme pesquisa realizada na base de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC) (2022) não se identificou estudo que analisou o reflexo do novo normativo IFRS 16/NBC TG, nos índices financeiros das empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3, entre os anos de 2018 e 2019, com a finalidade de observar se estas empresas podem ser consideradas empresas inovadoras ou empresas adotantes tardias, conforme preceitua o modelo conceitual de mudança institucional de Dillard *et al.* (2004).

Neste sentido, um estudo sobre a aplicação da IFRS 16/NBC TG 06 na prática da contabilidade, mais especificamente, uma análise sobre o reflexo do normativo nos índices financeiros, das empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3, à luz de lente teórica institucional, se apresenta oportuno porque ele revela uma lógica diferente dos estudos apresentados anteriormente sobre a aplicação do IFRS 16/NBC TG 06, na contabilização das operações de arrendamento mercantil. Esse estudo revelará como as empresas não são empresas passivas, mas sim, elas são empresas representadas por atores sociais que seguem ou desafiam as pressões do meio envolvente (Major & Ribeiro, 2009). Por estas razões, surgiu a questão de investigação para o estudo, como sendo: a adequação à IFRS 16/NBC TG 06, ocorrida no Brasil em 2017, refletiu mudanças nos índices financeiros das empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3 entre os anos de 2018 e 2019, a partir do modelo conceitual de mudança institucional de Dillard *et al.* (2004)?

O IAGRO – FFS B3 tornou-se relevante para este estudo por sua abrangência, visto que ele é um índice de retorno total, composto de ações e *units* exclusivamente de empresas listadas na B3, cujos ativos elegíveis atendem os critérios de inclusão, de exclusão e de ponderação estabelecidos pela B3. Por estes critérios, o IAGRO – FFS B3 combina os índices de empresas classificadas como agronegócio (setor do agronegócio) com os pesos dos ativos de empresas classificados pelos subsetores, primário insumos, agroindústria e agrosserviços (subsetores com exposição ao agronegócio) para facilitar o investimento nesse setor da economia (B3, 2022).

Assim, o objetivo geral deste estudo será analisar o reflexo do novo normativo, IFRS 16/NBC TG 06 – operações de arrendamento mercantil, provocado nos índices financeiros das empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3, com base nos dados dos relatórios contábil-financeiros dos anos 2018 e 2019, com propósito de considerar estas empresas como empresas inovadoras ou empresas adotantes tardias, a partir do modelo conceitual de mudança institucional de Dillard *et al.* (2004). Para isso, serão desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: *i*) discorrer sobre o normativo – operações de arrendamento mercantil; *ii*) abordar conhecimento relacionados aos índices financeiros; e *iii*) descrever sobre o modelo conceitual de mudança institucional desenvolvido por Dillard *et al.* (2004) para fundamentação teórica do estudo e formulação das hipóteses.

Para dar resposta à questão de investigação e atingir ao objetivo proposto, o estudo foi desenvolvido por meio de uma abordagem quantitativa. Os dados empíricos foram provenientes dos relatórios contábil-financeiros dos períodos 2018 e 2019 das empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3, um ano antes e um ano depois da adequação do novo normativo, o IFRS 16/NBC TG 06, no Brasil. Como modelo estatístico, para o tratamento dos dados, adotou-se a estatística descritiva realizada com o suporte do *software R*. Como modelo teórico, adotou-se preceitos do modelo conceitual de mudança institucional. As principais contribuições e

impactos do estudo estão relacionados com a extensão da literatura contábil com estudos à luz da Teoria Institucional.

Dessa forma, a organização desse estudo se inicia com esta seção de introdução, seguida pela revisão de literatura e formulação das hipóteses, definição da metodologia a ser empregada, análise dos resultados e discussão das hipóteses e, por último, apresenta-se as conclusões.

2 REVISÃO DE LITERATURA E FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES

No Brasil, no cenário das NBC (s), têm-se as NBC (s) profissionais e as NBC (s) técnicas. As NBC (s) técnicas se destacam neste estudo porque elas compreendem o conjunto de conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados na prática da contabilidade (CFC, 2022) e compõem as normas técnicas gerais que incluem as normas completas, as normas simplificadas para PMEs e as normas específicas. Assim, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no exercício de suas atribuições legais, aprovou em 24 de dezembro de 2017 adequações à NBC TG 06, correspondente às operações de arrendamento mercantil. A aprovação está relacionada com o estudo do Pronunciamento Contábil (PC) 06, elaborado de acordo com a sua equivalente internacional, o *International Financial Reporting Standard 16 - Leasing* (IFRS 16 - *Leasing*).

A aprovação à adequação do normativo das operações de arrendamento mercantil provocou mudança na prática contábil das empresas, principalmente porque estas operações antes eram classificadas e reconhecidas na contabilidade como operações de arrendamento operacional e financeiro e depois serão reconhecidas e classificadas como operações de arrendamento mercantil único. Ou seja, o arrendamento mercantil operacional passou a ser reconhecido na contabilidade como era o arrendamento mercantil financeiro, através das contas de ativos e passivos no Balanço Patrimonial. Neste sentido, Matos e Niyama (2018) iniciaram um debate teórico relativo aos principais desafios, impactos e implicações da norma IFRS 16/CPC 06/NBC TG 06 na contabilização dos arrendamentos mercantis e ainda analisaram a observância dos novos modelos impostos à luz da primazia da essência sobre a forma.

Antes de prosseguir com a revisão de literatura e consequente formulação das hipóteses para o estudo, é oportuno abordar sobre índices financeiros. Esses índices são as relações entre contas ou grupo de contas dos relatórios financeiros, que visam evidenciar aspectos da situação financeira ou situação econômica de uma empresa (Matarazzo, 2003). Como tal, muitas das vezes são tratados na literatura de acordo com a visão de cada estudioso, embora os estudiosos apresentem uma visão diferenciada sobre o conjunto de índices, mas a análise da situação financeira ou situação econômica apresenta-se em comum para todas as empresas.

Para este estudo será utilizado o conjunto de índices financeiros desenvolvido por Matarazzo (2003), sendo eles: o índice financeiro de estrutura, índice financeiro de liquidez e o índice financeiro de rentabilidade. Com base nesse conjunto de índice, buscar-se-á tanto suas definições na literatura como estudos publicados pelos pares com o propósito de fundamentar as hipóteses formuladas sobre os reflexos nos índices financeiros das empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3, por conta da adequação do IFRS 16/CPC 06/NBC TG 06 ocorrida no Brasil, em 2017.

Em relação ao índice financeiro de estrutura, Silva (2010) destaca que este índice envolve a composição das fontes de financiamento de uma empresa. No que diz respeito ao índice financeiro de liquidez, é definido por Matarazzo (2003) como sendo um indicador da condição (e não obrigatoriamente do fato em si) que uma empresa tem de pagar suas dívidas. Por fim, o índice financeiro de rentabilidade tem como função avaliar os resultados auferidos por uma empresa em relação a determinados parâmetros que melhor revelem suas dimensões (ASSAF NETO, 2016).

Nesta perspectiva, tornaram-se relevantes os estudos que buscaram analisar o impacto que a adoção da norma IFRS 16/CPC 06/NBC TG 06 – operações de arrendamento mercantil – provocou nos índices financeiros das empresas, elaborados a partir dos relatórios financeiros. Neste sentido, tem o estudo de Michels *et al.* (2018) que verificou o nível de desempenho econômico-financeiro das empresas do Setor de Agronegócio listadas na B3 S.A., no período de 2014 a 2016. Além do estudo de Rodrigues *et al.* (2021) que analisou o impacto nos indicadores financeiros das demonstrações contábeis das empresas arrendatárias que participam do Índice Energia Elétrica (IEE) da B3, por conta da adequação a norma IFRS 16. Inclusive, este estudo forneceu conteúdo para elaboração do conjunto de índices financeiros utilizados nesta pesquisa, como evidencia a Tabela 1.

Tabela 1 – Conjunto de índices financeiros

	Definição	Autores
Estrutura	Os índices de estrutura envolvem a composição das fontes de financiamento de uma empresa. Os fundos aplicados em ativos podem ser provenientes dos proprietários da empresa ou de terceiros, sendo este medido pela Participação de Capital de Terceiros. Além disso, o índice de estrutura revela ainda o quanto do Patrimônio Líquido da empresa está aplicado no ativo permanente por meio do cálculo da Imobilização do Patrimônio Líquido e quanto a dívida total da empresa deverá ser paga a curto prazo através da Composição do Endividamento.	Silva (2010); Cezario (2017); Pinheiro <i>et al.</i> (2019); Rodrigues <i>et al.</i> (2021).
Liquidez	Os índices de liquidez visam apontar a capacidade da empresa de pagar suas dívidas. Seja por meio da Liquidez Geral, indicando quanto a empresa possui de recursos totais para fazer face às suas dívidas totais como também por meio da Liquidez Corrente, que mede quanto a empresa tem de recursos a curto prazo para pagar dívidas também no curto prazo. É importante destacar que uma empresa com alto índice de Liquidez comunica sua alta capacidade de pagar suas dívidas, contudo isso não a isenta da inadimplência.	Matarazzo (2003); Silva (2010); Rodrigues <i>et al.</i> (2021).
Rentabilidade	Os índices de rentabilidade mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto renderam os investimentos e o grau de êxito econômico da empresa. Pode ser evidenciado através da Rentabilidade do Ativo, mostrando quanto a empresa obteve de Lucro Líquido em relação ao ativo, bem como através da Rentabilidade do Patrimônio Líquido que mostra qual a taxa de rendimento do Capital Próprio. Este índice pode ser comparado com outros rendimentos alternativos no mercado, proporcionando avaliar se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior a essas opções. Ainda, podemos definir os indicadores de rentabilidade como avaliadores dos resultados auferidos por uma empresa em relação a determinados parâmetros que melhor revelem suas dimensões.	Matarazzo (2003); Assaf Neto (2014); Rodrigues <i>et al.</i> (2021).

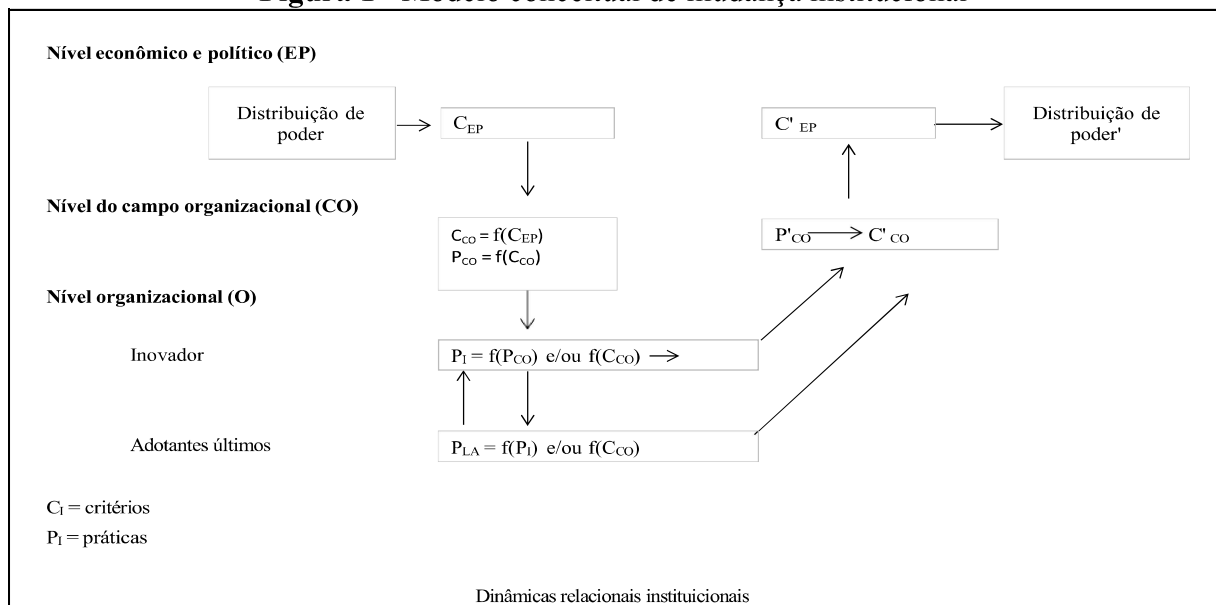
Fonte: Matarazzo (2003); Silva (2010); Assaf Neto (2014); Cezario (2017); Pinheiro *et al.* (2019).

Dando continuidade à revisão de literatura e conseqüente formulação das hipóteses, será descrita uma síntese do modelo teórico adotado neste estudo, a partir do modelo conceitual de mudança institucional proposto por Dillard *et al.* (2004). No modelo explicativo da institucionalização destes autores, as práticas contábeis desenvolvidas nas empresas, ocorrem continuamente influenciadas pelas ações dos indivíduos (atores sociais), articuladas

recursivamente e em forma de cascata e em três níveis do sistema social. No primeiro nível social, está o nível econômico e político (EP), onde são estabelecidos critérios (C_{EP}) que serão disseminados para os membros da sociedade nos demais níveis; no segundo nível, está o nível do campo organizacional (CO), onde são estabelecidos os critérios (C_{CO}) formados em função dos critérios do primeiro nível, fornecidos para legitimar as ações do próprio nível e, assim, reproduzir práticas operacionais (P_{OP}) que são a base reguladora no nível organizacional (O); no terceiro nível, está o nível organizacional (O), onde estão as organizações individuais classificadas como organizações inovadoras (I) e como organizações adotantes tardias (A_U). Como se observa, no terceiro e último nível destacam-se as organizações inovadoras que são aquelas empresas que assimilam as práticas operacionais consideradas legítimas no segundo nível social; e as organizações adotantes tardias que são aquelas empresas que imitam as organizações inovadoras, porém não assimilam as práticas operacionais consideradas legítimas no segundo nível.

Este terceiro e último nível é de fundamental importância para este estudo, tendo em vista a análise que será realizada para observar o reflexo da aplicação do novo normativo provocado nos índices financeiros das empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3, com propósito de recomendar se as empresas observadas podem ser consideradas como empresas inovadoras ou empresas adotantes tardias. A título de uma melhor exemplificação sobre o modelo de mudança institucional proposto por Dillard *et al.* (2004), apresenta-se a seguir a Figura 1.

Figura 1 - Modelo conceitual de mudança institucional



Fonte: Tradução Livre de Dillard, Rigsby e Goodman (2004, p. 512).

Na explicação de Dillard *et al.* (2004), as dinâmicas relacionais institucionais ocorrem como um processo, no qual as empresas, no nível organizacional, são forçadas a adotarem as regras e valores instituídos socialmente para tornar as práticas contábeis das empresas idênticas entre si, através da aplicação das normas internacionais de contabilidade, para obter maior visibilidade, competitividade e legitimidade. A prática contábil adotada pelas empresas será por norma contábil regulamentada no nível do campo organizacional. Sendo este nível, aquele que estabelece os critérios para reproduzir práticas operacionais (práticas contábeis), através dos órgãos e agências reguladoras, fundamentais para promover o sucesso e a sobrevivência das

empresas. Esses critérios são estabelecidos a partir do nível econômico e político. Assim, as empresas inovadoras são aquelas empresas que assimilam as práticas operacionais consideradas legítimas no nível do campo organizacional, assim como as empresas adotantes últimas são as aquelas que não assimilam as práticas operacionais consideradas legítimas no segundo nível, porém imitam as empresas inovadoras.

Neste sentido, trazendo essa explicação para este estudo, as empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3, no nível organizacional, foram obrigadas a aplicar a norma IFRS 16/CPC 06/NBC TG 06 adequada e regulamentada pelo CFC em 2017, no nível do campo organizacional, na contabilização das operações de arrendamento mercantil no período de 2019. Este nível por sua vez seguiu os critérios convergentes com as regras e valores instituídos no nível econômico e político. Assim, as empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3, ao aplicar as IFRS 16/NBC TG 06 na prática da contabilidade, elas impactam reflexos nos índices financeiros, por conta da reclassificação do arrendamento mercantil da ótica do arrendatário para a ótica do arrendamento mercantil único e se revelam como empresas que seguem as pressões do seu meio e são prováveis de serem empresas inovadoras.

Na perspectiva do índice financeiro de estrutura, Batista e Formigoni (2013) investigaram como as mudanças propostas pelos organismos internacionais impactariam nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. Estes autores constataram que houve um aumento na participação de capital de terceiros com relação ao capital próprio e no ativo total, na maioria das empresas estudadas. Da mesma forma, Pinheiro (2019) analisaram as mudanças na forma de contabilização e seus impactos nos indicadores das companhias aéreas brasileiras e constataram um aumento no índice de estrutura. Por fim, Campanha e Santos (2020) utilizando as demonstrações contábeis da Petrobrás, analisou as principais mudanças normativas decorrentes da adoção do IFRS 16 e também constatou um aumento no índice de estrutura. Dessa forma, formula-se a primeira hipótese para este estudo relacionado ao índice financeiro de estrutura:

H1: A prática da contabilidade, das empresas que compuseram o IAGRO – FFS, reflete mudanças no índice financeiro de estrutura, provocadas pela aplicação da IFRS 16/CPC 06/NBC TG 06, que associam significativamente essas empresas às empresas inovadoras.

No que se refere ao índice financeiro de liquidez, Arrozio, Gonzales e Silva (2016) analisaram as alterações nos indicadores financeiros das companhias do setor de atacado e varejo decorrentes por conta da nova contabilização do leasing. Após a aplicação dos testes, os autores constataram que houve uma diminuição dos indicadores analisados principalmente, indicador financeiro de liquidez corrente e de liquidez geral. O resultado do estudo de Pinheiro (2019), citado anteriormente, corroborou com o resultado do estudo de Arrozio, Gonzales e Silva (2016), constatando uma redução no índice financeiro de liquidez das companhias observadas que aplicaram a nova regra do IFRS 16. Por último, nesta linha de raciocínio, Luiz (2020) analisou sobre o impacto do novo tratamento contábil para arrendamento tanto nos indicadores quanto no mercado de capitais e como resultado constatou que nas empresas estudadas houve uma redução 96% no índice financeiro de liquidez corrente e de 100% no índice financeiro de liquidez geral. Assim, formula-se a segunda hipótese desse estudo relacionada com o índice financeiro de liquidez:

H2: A prática da contabilidade, das empresas que compuseram o IAGRO – FFS, reflete mudanças no índice financeiro de liquidez, provocadas pela aplicação da IFRS 16/CPC 06/NBC TG 06, que associam significativamente essas empresas às empresas inovadoras.

Relativamente ao índice financeiro de rentabilidade, Batista e Formigoni (2013) analisaram os efeitos da alteração da norma do arrendamento mercantil nas empresas brasileiras. Esses autores constataram que houve uma queda nos índices devido ao aumento do capital investido nas empresas investigadas. O estudo de Colares *et al.* (2018) utiliza dados provenientes dos resultados das empresas, por conta do reconhecimento da despesa com depreciação que reduz o resultado do exercício e provoca queda no cálculo da rentabilidade. Por fim, Menezes, São e Torino Belli (2021) analisaram o impacto da Adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) nas empresas de Capital Aberto do Segmento Novo Mercado e constataram uma queda nos índices de rentabilidade das companhias analisadas, corroborando também com estudos anteriores que serviram de base para o artigo, os quais relataram que a adoção da norma IFRS 16 (CPC 06 (R2)) contribuiu para redução da rentabilidade. Dessa forma, estabelece-se a terceira hipótese para este estudo relacionada com o índice financeiro de rentabilidade:

H3: A prática da contabilidade, das empresas que compuseram o IAGRO – FFS, reflete mudanças no índice financeiro de rentabilidade, provocadas pela aplicação da IFRS 16/CPC 06/NBC TG 06, que associam significativamente essas empresas às empresas inovadoras.

A partir dos índices financeiros tratados no estudo de Rodrigues *et al.* (2021) (Ver Tabela1), que analisou o impacto nos indicadores financeiros das demonstrações contábeis das empresas arrendatárias que participam do Índice Energia Elétrica (IEE) da B3, por conta da adequação à norma IFRS 16, associados com o modelo conceitual de mudança institucional proposto por Dillard *et al.* (2004) (Ver Figura 1), definiu-se a fundamentação teórica e as hipóteses de pesquisa propostas para este estudo. A literatura sugere que o modelo conceitual de mudança institucional selecionado para este estudo se revela oportuno quando comparado com os estudos citados, visto que ainda não há estudos que associaram o referido modelo conceitual ao normativo IFRS 16/NBC TG 06 – operações de arrendamento mercantil, com base nos dados dos relatórios financeiros dos anos 2018 e 2019 das empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3, com propósito de recomendar se estas empresas podem ser consideradas como empresas inovadoras ou empresas adotantes tardias, categorizando-se assim a originalidade do estudo.

3 METODOLOGIA A SER EMPREGADA

3.1 Desenho do estudo

Primeiramente, para atender o objetivo do estudo foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica utilizando os termos “arrendamento mercantil” e “leasing”, como forma de mapear o campo e permitir a identificação do modelo conceitual a ser adotado para o estudo. Assim, foi realizada a pesquisa, restrita à base de dados do Portal de Periódico CAPES/MEC, fazendo uso do campo busca avançada, com o recorte temporal entre os anos de 2007 e de 2022, por compreender um período relacionado com a adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil, inclusive o IFRS 16/CPC 06/NBC TG 06 – operações de arrendamento mercantil objeto do estudo.

Na realização da pesquisa, foram pré-selecionados 31 artigos que demandaram alguns refinamentos, quais sejam: *i)* foram excluídos artigos repetidos; *ii)* foram excluídos artigos fora do recorte temporal pré-definido; *iii)* foram excluídos artigos que não se relacionavam com a área estudada; *iv)* foram excluídos artigos que estavam sem validação científica, resultando em 15 artigos que suportaram à revisão de literatura (Ver APÊNDICE A). Dentre eles, o estudo de Michels *et al.* (2018) e o estudo de Rodrigues *et al.* (2021) forneceram conteúdos que

nortearam o presente estudo. Esses estudos tratam da abordagem do arrendamento mercantil e dos indicadores financeiros em empresas listadas na B3.

Na sequência, foi adotada a abordagem quantitativa e foi selecionado o método de procedimento de pesquisa documental, tendo em vista que foram utilizados dados empíricos dos relatórios financeiros já publicados, das empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3, correspondentes aos anos 2018 e 2019, um ano antes e um ano depois da adequação do novo normativo, o IFRS 16/CPC 06/NBC TG 06 – operações de arrendamento mercantil, no Brasil, analisados comparativamente de modo descritivo (LAKATOS, 2009).

3.2 Amostra do estudo

A amostra do estudo está composta por 73 (setenta e três) empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3, mais especificamente o Índice Agro *Free Float* Setorial B3, que combina mais de 20 índices de segmentos e setoriais (Ver APÊNDICE B) https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/indice-agronegocio-b3-iagro-b3.htm. Contudo, no processo de levantamento dos dados, foram excluídas quatro empresas (ARML3, ASAI3, JALL3 e LAND3) do estudo por apresentarem indisponibilidade dos relatórios financeiros para o período 2018. A partir destas exclusões, a amostra do estudo segue composta por 69 (sessenta e nove) empresas do IAGRO – FFS B3 por subsetores a serem observadas como evidencia a Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 – Quantidade de empresas do IAGRO – FFS B3 observadas por subsetores

Empresas	Subsetores	Quantidade
Índice Agro <i>Free Float</i> Setorial B3 (IAGRO – FFS B3)	Agroindústria	18
	Agrosserviço	21
	Insumos	5
	Setor Primário	25
Total		69

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

3.3 Cálculo dos índices financeiros

Os índices financeiros foram calculados a partir de um conjunto de índices que permitiu a análise da situação financeira, medida pelos índices de estrutura e de liquidez; e a análise da situação econômica, medida pelo índice de rentabilidade (MATARAZZO, 2003) (Ver Tabela 3), analisados com base nos dados coletados diretamente dos relatórios financeiros das empresas, registrados em planilha do Excel (Ver APÊNDICE C), referente os valores de Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido de cada empresa que compôs o IAGRO – FFS B3, no ano findo em 2018, no qual o normativo antigo estava vigente e o ano findo em 2019, no qual o normativo novo IFRS 16/CPC 06/NBC TG 06 estava vigente. Na sequência, foram calculados os índices financeiros de estrutura, de liquidez e de rentabilidade dos respectivos períodos (Ver APÊNDICE D), seguidos da análise estatística e da aplicação dos testes de Wilcoxon e de D-Cohen para observar os reflexos do normativo nos grupos de índices financeiros analisados e associar essas empresas como empresas inovadoras ou empresas adotantes tardias com preceituou Dillard *et al.* (2004) descrito na seção 2 (Ver Figura 1).

Tabela 3 – Índices financeiros

Índice	Fórmula	Símbolo	Indica	Interpretação
ÍNDICE DE ESTRUTURA				
Participação de Capital de Terceiros	$\frac{\text{Capitais de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	CT/PL	Quanto a empresa tomou de Capital de Terceiros para cada R\$ 100,00 próprios	
Composição do Endividamento	Passivo Circulante		Qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação às obrigações totais	Quanto menor, melhor
Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	AP/PL	Quanto a empresa aplicou no Ativo Permanente para cada R\$ 100,00 de Patrimônio Líquido	
ÍNDICE DE LIQUIDEZ				
Liquidez Geral	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	LG	Quanto a empresa possui no Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total	Quanto maior, melhor
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	LC	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante	
ÍNDICE DE RENTABILIDADE				
Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$	LL//AT	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$ 100,00 de investimento total	Quanto maior, melhor
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	LL/PL	Quanto a empresa obteve de lucro, para cada R\$ 100,00 de Capital Próprio investido	

Fonte: Matarazzo (2003, p. 150).

3.4 Análise dos dados e apresentação dos resultados

Após a realização dos cálculos dos índices financeiros, procedeu-se a análise estatística, iniciando com a estatística descritiva dos componentes patrimoniais (Ver Tabela 4), a média geral dos índices 2018 (antes da adequação do IFRS 16) (Ver Tabela 5), a média geral dos índices 2019 (depois da adequação d IFRS 16) (Ver Tabela 6), as variações dos índices

financeiros após a adequação do IFRS 16 (Ver Tabela 7) e as estatísticas descritivas dos índices financeiros (Ver Tabela 8).

Para analisar os reflexos nos índices financeiros com a adequação da nova norma, comparando o ano findo em 2018 com o ano findo em 2019, foi aplicado o Teste de Wilcoxon e o Teste de D-Cohen para amostras pareadas como alternativa ao Teste t porque os dados não apresentaram distribuição normal, no caso os testes não-paramétricos são a alternativa na comparação desses dados (Ver Tabela 9). Todos os testes estatísticos foram realizados no *software* R.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES DAS HIPÓTESES

4.1 Análise descritiva

A Tabela 4 demonstra a estatística descritiva dos componentes patrimoniais analisados na amostra, Ativo Circulante (AC), Ativo Não Circulante (ANC), Passivo Circulante (PC) e Passivo Não Circulante (PNC), considerando os valores originais obtidos dos relatórios financeiros correspondentes aos períodos 2018 e 2019, sendo este último período ajustado ao IFRS 16/CPC 06/NBC TG 06, e suas respectivas variações. Assim, a referida tabela apresenta a variação entre os valores das médias dos componentes patrimoniais contabilizados nos dois períodos. Os valores agrupados com base na média amostral apresentam uma variação de (-3%) para o AC, de (40%) para o ANC, de (11%) para o PC e de (37%) para o PNC, demonstrando que houve um aumento significativo no ANC, no PC e no PNC, bem como uma diminuição relativa no AC, reforçando a hipótese de *i*) aumento no índice de estrutura; *ii*) diminuição no índice de liquidez; e *iii*) redução no índice rentabilidade dessas empresas. Que aliás, são resultados bem diferentes dos resultados apresentados no estudo de Rodrigues *et al.*, (2021). No estudo desses autores, a variação do Ativo Total foi positiva (14,26%) e a variação do PC foi negativa (-19,46%), diferentemente dos resultados apresentados neste estudo.

Tabela 4 – Estatística descritiva dos componentes patrimoniais

Componente patrimonial/Ano	Média	Desvio Padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
AC/2018	4.763.150	9.237.389	579.277	2.370	40.849.000
AC/2019	4.606.162	8.138.074	723.756	2.719	41.924.374
Varição (Δ)	(-3%)				
ANC/2018	6.876.692	13.968.086	1.022.416	2.952	77.246.282
ANC/2019	9.636.056	19.684.663	1.197.866	2.320	84.415.013
Varição (Δ)	(40%)				
PC/2018	3.085.174	6.578.382	558.481	96	37.587.000
PC/2019	3.415.256	6.523.675	563.030	109	28.457.692
Varição (Δ)	(11%)				
PNC/2018	5.040.619	10.681.469	467.446	0	64.597.906
PNC/2019	6.913.411	14.846.642	708.511	3.561	68.380.832
Varição (Δ)	(37%)				

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Já as Tabelas 5 e 6 referem-se a média geral dos índices em 2018 (antes da adequação da IFRS 16) e em 2019 (depois da adequação da IFRS 16). Consequentemente, a Tabela 7 trata

da variação desses índices (2018 e 2019) após a adoção. Nesta tabela, relativamente aos índices, Participação de Capital de Terceiros, Composição do Endividamento e Imobilização do Patrimônio Líquido (índice financeiro de estrutura), identificou-se variação negativa nos três índices de estrutura analisados, (-78%), (-6%) e (-64%), respectivamente. Estes resultados negativos demonstram que houve uma redução na média desses índices de endividamento, bem como menor imobilização do patrimônio líquido, demonstrando decisões financeiras tomadas pelas empresas referentes obrigações contraídas. Nesse caso, quanto menor for o comprometimento desses índices, melhor será a situação financeira para a empresa (MATARAZO, 2003). Contudo, os resultados desse estudo não corroboram com os resultados encontrados na literatura (BATISTA e FORMIGONI, 2013; COLARES *et al.*, 2018; CAMPANHA e SANTOS 2020), que sinalizaram aumento no índice de estrutura após a adequação do IFRS 16.

Ainda de acordo com a Tabela 7, tanto a variação do índice de liquidez corrente como a variação do índice de liquidez geral apresentam-se negativas, correspondendo a (-4%) e a - (1%), respectivamente. Os resultados encontrados no estudo contradizem a literatura, quanto maior o índice de liquidez, melhor será para a capacidade de as empresas cumprirem as obrigações no curto prazo (MATARAZO, 2003). Contudo, os resultados encontrados no estudo, correspondentes a (-4 e a (-1%), não diferem dos resultados apresentados na literatura (ARROZIO, GONZALES E SILVA, 2016; COLARES *et al.*, 2018; PINHEIRO, 2019; LUIS, 2020), cuja variação também se apresenta negativa. Ou seja, a mudança na contabilização das empresas observadas, pelo menos no curto prazo, provocou diminuição significativa no ativo circulante que afetou diretamente a capacidade de liquidez das empresas, o IFRS 16 diminuiu a liquidez. Essa diminuição, inclusive, foi percebida na variação entre os valores da média do componente patrimonial AC/2018 quando comparada com AC/2019 ajustado pelo IFRS 16 (Tabela 7).

Por último, a Tabela 7 aponta ainda os índices de retorno sobre ativo e retorno sobre o PL, quais sejam: (-4617%) e (-186%), respectivamente. Nessa mesmo entendimento foi o ROA e o ROE que apresentaram um aumento corroborando com a literatura ((MATARAZO, 2003), porém, não correspondendo com os achados nos estudos anteriores (COLARES *et al.*, 2018; MENEZES, SÃO e TORINO BELLI, 2021). Por exemplo, no estudo de Colares *et al.* (2018) tanto no ROA como no ROE foram observadas reduções, inferindo uma analogia semelhante ao índice de liquidez.

Tabela 5 – Média geral dos índices 2018 (antes da adequação da IFRS 16)

Índices financeiros	Média 2018
Participação de Capital de Terceiros	960,97
Composição do Endividamento (CE)	48,16
Imobilização do Patrimônio Líquido (PL)	122,25
Liquidez Corrente	2,10
Liquidez Geral	0,95
Retorno sobre Ativo (ROA)	-0,06
Retorno sobre o PL (ROE)	-57,71

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Tabela 6 – Média geral dos índices 2019 (depois da adequação da IFRS 16)

Índices financeiros	Média 2019
Participação de Capital de Terceiros	211,70
Composição do Endividamento (CE)	45,10
Imobilização do Patrimônio Líquido (PL)	43,97
Liquidez Corrente	2,01
Liquidez Geral	0,94
Retorno sobre Ativo (ROA)	2,71
Retorno sobre o PL (ROE)	49,87

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Tabela 7 – Variações dos índices financeiros após a adoção do IFRS 16

Índices financeiros	Média		Variação	
	2018	2019	Valor	%
Participação de Capital de Terceiros	960,97	211,70	-749,27	-78%
Composição do Endividamento (CE)	48,16	45,10	-3,06	-6%
Imobilização do Patrimônio Líquido (PL)	122,25	43,97	-78,28	-64%
Liquidez Corrente	2,10	2,01	-0,09	-4%
Liquidez Geral	0,95	0,94	-0,01	-1%
Retorno sobre Ativo (ROA)	-0,06	2,71	2,65	-4617%
Retorno sobre o PL(ROE)	-57,71	49,87	107,58	-186%

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Na Tabela 8, observa-se que a adoção da nova norma resultou reflexos positivos em 71,43% dos índices financeiros analisados, em contrapartida aos reflexos negativos em 28,57% desses índices, corroborando com os achados no estudo de Rodrigues *et al.*, (2021) que encontraram impactos positivos em 57,94% dos indicadores analisados das empresas arrendatárias que participam do IEE da B3. O coeficiente de variação (CV) foi calculado pela razão do desvio padrão pela média aritmética e representa a variação dos dados em relação à média. De acordo com Fávero e Belfiore (2017), se esse coeficiente possuir valor maior que 30%, o conjunto de dados é considerado heterogêneo, e conforme os dados apresentados na Tabela 8, com exceção da Rentabilidade do Ativo nos dois anos estudados, apresentaram valores bem superiores.

Tabela 8 – Estatísticas descritivas dos índices financeiros

Índice/Ano	N	Média	Desvio Padrão	CV	Mediana	Mínimo	Máximo
PCT/2018	66	960,97	5452,72	567,42	110,23	-4358,99	34152,63
PCT/2019	66	211,70	1028,65	485,90	119,15	-4798,45	4934,04
CE/2018	66	48,16	25,14	52,20	45,25	0,72	100,00
CE/2019	66	45,10	23,10	51,22	44,29	0,78	93,90
Imobilização do PL/2018	66	122,25	658,71	538,82	16,87	-1100,85	4095,69
Imobilização do PL/2019	66	43,97	186,26	423,61	26,84	-791,27	1190,07
Liquidez Corrente/2018	66	2,10	3,11	148,10	1,45	0,03	24,69
Liquidez Corrente/2019	66	2,01	3,06	152,24	1,50	0,03	24,94

Liquidez Geral/2018	66	0,95	0,64	67,37	0,84	0,08	3,67
Liquidez Geral/2019	66	0,94	0,65	69,15	0,76	0,06	3,66
ROA/2018	66	-0,06	11,90	-19833,33	2,55	-42,70	13,65
ROA/2019	66	2,65	13,09	493,96	1,32	-68,75	43,45
ROE/2018	66	-57,71	454,77	-788,03	11,72	-2778,57	420,03
ROE/2019	66	49,87	257,22	515,78	9,28	-23,65	2081,32

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Destaque-se ainda que para a análise desses dados foram verificados a existência de 3 (três) *outliers* que não podiam permanecer na amostra, fazendo com que a nova amostra passe a ser N = 66.

4.2 Análise dos testes

A Tabela 9 revela interpretações dos resultados para os índices financeiros. O teste de Wilcoxon consiste na realização do Teste t para cada coeficiente, gerando p-valores associados. O critério de seleção será estabelecido pelo nível de significância escolhido, por exemplo, 0,05. Se o valor do p-valor for menor que este limite, sugere-se a rejeição da hipótese nula, portanto aqueles indicadores que estiverem acima deste valor são considerados significantes para o estudo e não se rejeitará o índice financeiro associado a ele.

Para corroborar as informações aqui apresentadas, utilizar-se-á o teste de tamanho de Cohen, o mesmo consiste numa medida comumente usado para avaliar o tamanho prático de uma diferença estatística. O tamanho do efeito é calculado usando a seguinte fórmula:

$$d = \frac{\text{médias das diferenças}}{\text{desvio padrão das diferenças}}$$

Onde: *i*) a média das diferenças é as médias das diferenças entre os pares das observações; e *ii*) desvio padrão das diferenças é os desvios padrões dessas diferenças. As interpretações comuns para o tamanho do efeito de Cohen são: *i*) Pequeno: ~0.2; *ii*) Médio: ~0.5; e *iii*) Grande: ~ 0.8.

Tabela 9 – Teste de Wilcoxon e Teste de D-Cohen

Índices financeiros	Teste de Wilcoxon				Teste de Tamanho do Efeito
	N	Estatística	Sig.	Ho	Efeito
Participação de Capital de Terceiros	69	1069	0,4093	Não Rejeita	0,1865907
Composição do Endividamento	69	1571,5	0,02975	Rejeita	0,1214962
Imobilização do Patrimônio Líquido	69	841	0,02865	Rejeita	0,1580654
Liquidez Corrente	69	1044	0,555	Não Rejeita	-0,1011835
Liquidez Geral	69	1060	0,6239	Não Rejeita	0,03572445
ROA	69	949	0,1220	Não Rejeita	-0,2377544
ROE	69	1299	0,5864	Não	-0,2846255

				Rejeita	
--	--	--	--	---------	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

4.3 Discussão dos resultados

Os resultados da associação do modelo conceitual proposto indicam que a relação entre o reflexo da mudança no índice financeiro de estrutura provocado pela aplicação da IFRS 16/CPC 06/NBC TG 06 na prática da contabilidade pelas empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3 não é significativa, permitindo que a H1 seja rejeitada, principalmente para os índices financeiros de CE e de PL ($Z= 1571,5$; $p\text{-valor}= 0,02975$ e $Z= 841$; $p\text{-valor}= 0,02865$). Assim, de acordo com os resultados encontrados neste estudo, as empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3 não são recomendadas como empresas inovadoras conforme o modelo conceitual de mudança institucional de Dillard *et al.* (2004), confirmando o resultado encontrado no estudo de Colares *et al.* (2018).

A relação entre o reflexo da mudança no índice financeiro de liquidez provocado pela aplicação da IFRS 16/CPC 06/NBC TG 06 na prática da contabilidade pelas empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3 é significativa, permitindo que a H2 não seja rejeitada, no que se refere aos índices financeiros de liquidez corrente e de liquidez geral ($Z= 1044$; $p\text{-valor}= 0,555$ e $Z= 1060$; $p\text{-valor}= 0,6239$). Desse modo, de acordo com esses resultados, as empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3 são recomendadas como empresas inovadoras conforme os preceitos da mudança institucional proposta por Dillard *et al.* (2004). No que se referiu ao índice financeiro de liquidez, essas empresas não são consideradas empresas passivas, elas reagiram e reproduziram socialmente as regras e valores instituídos pelos órgãos e agências reguladoras. Confirmando os resultados do estudo de Rodrigues *et al.* (2021) e contrariando os resultados do estudo de Colares *et al.* (2018).

Tal relação também pode ser analisada na associação do modelo conceitual proposto com o reflexo da mudança no índice financeiro de rentabilidade por conta pela aplicação da IFRS 16/CPC 06/NBC TG 06 na prática da contabilidade pelas empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3. A relação do reflexo da mudança no índice financeiro de rentabilidade impactado pela norma na prática da contabilidade é significativa, permitindo que a H3 não seja rejeitada ($Z= 949$; $p\text{-valor}= 0,1220$ e $Z= 1299$; $p\text{-valor}= 0,05864$) e, conseqüentemente, recomendando as empresas observadas como empresas inovadoras, a partir do modelo de mudança institucional adotado no estudo. Tal resultado corrobora com o estudo de Pinheiro *et al.* (2019) e de Rodrigues *et al.* (2021).

Estes resultados revelam como as empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3 são empresas representadas por atores sociais, que seguem ou desafiam as pressões do meio envolvente (MAJOR & RIBEIRO, 2009) ao aplicar o IFRS 16/CPC 06/NBC TG 06 na prática da contabilidade refletido pela mudança nos índices financeiros de estrutura, de liquidez e de rentabilidade entre os anos de 2018 e 2019.

5 CONCLUSÕES

O presente trabalho teve como objetivo analisar o reflexo do novo normativo, IFRS 16/NBC TG 06 – operações de arrendamento mercantil, provocado nos índices financeiros das empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3, com propósito de considerar estas empresas como inovadoras ou adotantes tardias, a partir do modelo conceitual de mudança institucional proposto por Dillard *et al.* (2004). Para isto, foi adotada abordagem quantitativa e selecionado o método de procedimento documental, utilizando os dados dos relatórios financeiros dos anos

de 2018 (antes da adequação) e 2019 (após a adequação) das empresas pertencentes ao IAGRO – FFS B3, suportado pela análise descritiva e estatística.

Os resultados da estatística descritiva apresentados para os componentes patrimoniais, Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, revelaram uma variação negativa na relação entre o Ativo Circulante relativo ao ano de 2018 quando comparado com o ano 2019, para os demais componentes patrimoniais a variação foi positiva quando comparados o de 2019 com o ano de 2018.

Já os resultados apresentados, pelas variações dos índices financeiros após a adoção do IFRS 16, apontaram uma variação negativa dos índices financeiro de estrutura após a adequação do normativo na contabilização dos relatórios financeiros pelas empresas do IAGRO – FFS B3, significando que as fontes de financiamentos das empresas apresentaram uma variação positiva por conta da reclassificação do arrendamento mercantil da ótica do arrendatário para a ótica do arrendamento mercantil único provocada pelo novo normativo. Revelaram ainda uma variação negativa dos índices financeiro de liquidez, significando que o IFRS 16 afetou diretamente a capacidade de liquidez dessas empresas. Por último, constatou-se também uma variação negativa nos índices financeiros de rentabilidade devido ao reconhecimento do arrendamento operacional como arrendamento único. Destaca-se nesse resultado que uma variação negativa relativa implica uma variação positiva absoluta e contradiz o propósito da norma, se passa a ser reconhecida a despesa com depreciação de bem que passou ser reconhecido no Ativo, a probabilidade é de que o retorno seja reduzido, foi justamente o que não aconteceu nesse estudo, daí a sugestão para pesquisa futura.

Os resultados dos testes Wilcoxon e D-Cohen permitiram que apenas H1 fosse rejeitada ($Z= 1571,5$; p -valor= 0,02975 e $Z= 841$; p -valor= 0,02865), demonstrando a relação não significativa entre a prática da contabilidade com a aplicação do IFRS 16/CPC 06/NBC TG 06 não associando essas empresas às empresas inovadoras como preceituou Dillard *et al.* (2004). Contudo, os testes permitiram que H2 ($Z= 1044$; p -valor= 0,555 e $Z= 1060$; p -valor= 0,6239) e H3 ($Z= 949$; p -valor= 0,1220 e $Z= 1299$; p -valor= 0,05864) fossem significantes e não rejeitadas, recomendando a associação entre estas empresas às empresas inovadoras, a partir do modelo de mudança institucional adotado no estudo. Esses resultados embora diverjam de resultados apresentados dos estudos anteriores (COLARES *et al.*, 2018; PINHEIRO, 2019; LUIS, 2020; RODRIGUES *et al.*, 2021), convergem com a lente teórica institucional e reforçam a associação dessas empresas às empresas que desenvolvem as práticas contábeis relacionados com as regras e valores instituídos socialmente pelos órgãos e agências reguladoras. Assim, esse estudo além de atender o objetivo geral proposto, ainda permitiu associar, a partir dos testes e discussões dos resultados, as empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3 às empresas representadas por atores sociais que respondem as pressões do meio envolvente (MAJOR & RIBEIRO, 2009). As empresas que compuseram o IAGRO – FFS B3 assimilaram práticas operacionais consideradas legítimas pelos órgãos e agências reguladoras para regular as ações nas empresas (DILLARD *et al.*, 2004).

Contudo, estamos cientes de que o estudo não está livre de limitações. Uma delas diz respeito à quantidade de empresas observadas, a outra refere-se à ausência de dados dos relatórios financeiros de algumas empresas pode comprometer os índices. Como recomendação para futuras investigações, uma replicação desse estudo incluído ou mais empresas ou agregando outros segmentos pode contribuir para ampliar o entendimento sobre empresas inovadoras noutros segmentos.

REFERÊNCIAS

ARROZIO, Mariana Moreira; GONZALES, Alexandre; LOPES DA SILVA, Fabiana. Alterações nos indicadores financeiros das companhias do setor de atacado e varejo decorrentes da nova contabilização

do arrendamento mercantil operacional. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 741-760, 2016.

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BATISTA, Evaldo Basílio de Oliveira; FORMIGONI, Henrique. Arrendamento mercantil operacional: as mudanças propostas pelos organismos internacionais e seus efeitos nas empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 94-109, 2013.

BRASIL BOLSA BALCÃO (B3). **B3 lança primeiro índice de empresas do agronegócio (Brasil)**. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/indice-agro.htm>. Acesso em: 28 nov.2022.

BRASIL BOLSA BALCÃO (B3). **Índice Agronegócio B3 (IAGRO B3)**. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/indice-agronegocio-b3-iagro-b3.htm>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

BRASIL BOLSA BALCÃO (B3). **Ações**. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade (Brasil)**. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

CAMPANHA, Renata Almeida; SANTOS, Odilanei Morais dos. Impactos Da Adoção Do IFRS 16 Em Uma Empresa Brasileira Arrendatária. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 39, n. 3, p. 1-18, 2020.

CEZARIO, Samara Fidelis. **Análise dos potenciais impactos nos indicadores financeiros da Gol Linhas Aéreas inteligentes com a adoção da IFRS 16 – Leases**. 2017. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis), Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

CHAND, Parmod; PATEL, Chris. Convergence and Harmonization of Accounting Standards in the South Pacific Region. **Advances in Accounting**, vol. 24, n. 1, p. 83-92, 2008.

COLARES, A. C. V. *et al.* Efeitos da adoção da IFRS 16 nos indicadores de desempenho de entidades arrendatárias. **Revista de Gestão Finanças e Contabilidade**, v. 8, n. 2, p. 46–65, 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 06 (Revisão 1): Operações de Arrendamento Mercantil**. 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=37.>> Acesso em: 10 de agosto de 2022.

DILLARD, Jesse F.; RIGSBY, John T.; GOODMAN, Carrie. The making and remaking of organization context: duality and the institutionalization process. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. Vol 17, N 4, 2004, pp. 506-542.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS. **Por que padrões contábeis globais?** Disponível em: <<https://www.ifrs.org/use-around-the-world/why-global-accounting-standards/>>. Acesso em: 17 de outubro de 2022.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS. **IFRS 16: Leases**. 2016. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/-/media/project/leases/ifrs/published-documents/ifrs16-effects-analysis.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. Editora Atlas SA, 2009.

LUIZ, R.; DA, M. XXIII SEMEAD Seminários em Administração NOVO TRATAMENTO CONTÁBIL PARA ARRENDAMENTO: IMPACTO NOS INDICADORES FINANCEIROS E NO MERCADO DE CAPITAIS. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://login.semead.com.br/23semead/anais/arquivos/2004.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2023.

MAJOR, Maria J.; RIBEIRO, João Francisco. A Teoria Institucional na Investigação em Contabilidade. In: MAJOR, M.J.; VIEIRA, R. (org.). **Contabilidade e Controle de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática**. Lisboa: Escolar Editora, 2009.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços. Volume 2, Abordagem gerencial**. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, Eduardo Bona Safe; MURCIA, Fernando Dal-Ri. IFRS 16: uma visão contábil prática e crítica da nova norma de leasing sob a ótica das arrendatárias. **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 10, n. 238, p. 50-65, 2019.

MATOS, Nyalle Barboza.; NIYAMA, Jorge Katsumi. IFRS 16 - Leases: Desafios, Perspectivas e Implicações à Luz da Essência Sobre a Forma. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 12, n. 3, 2018.

MICHELS, Andressa *et al.* Indicadores de desempenho econômico-financeiro nas empresas do agronegócio listadas na B3 SA. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2018.

PINHEIRO, Raul Gomes (*et al.*). A influência da aplicabilidade da norma CPC 06/IFRS nas demonstrações e índices financeiros das companhias aéreas brasileiras. **Redeca**, v.6, n.1. Jan-Jun. 2019 p. 44-59.

RODRIGUES, Rubens Carlos (*et al.*). Evidenciação da adoção do IFRS 16 nos indicadores Econômico-Financeiros em empresas do Setor Elétrico listadas na B3. **RC&C - Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 13, n. 3, p.94-110, set/dez. 2021.

SACARIN, M. IFRS 16 “Leases” – consequences on the financial statements and financial indicators. **Audit financeiro**, v. 15, n. 145, p. 114, 2017.

SEIDLER, Marcelo Vitor; FAGUNDES, Ernando. Alteração na Contabilização de Operações e Arrendamento Mercantil: Evidenciação do Impacto Previsto pelas Companhias dos Segmentos de Transportes da B3. **Revista de Contabilidade & Controladoria**, v. 12, n. 1, dez. 2020.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. São Paulo: Atlas, 2010.

APÊNDICE A – BASE DE DADOS PARA REVISÃO DE LITERATURA

	Título	Autores	Filiação	Ano de Publicação	Palavras-chave	Idioma
1	Impacto da contabilização do arrendamento mercantil financeiro segundo a Lei 11.638/07 nas demonstrações contábeis das empresas aéreas brasileiras	Roberto Carlos Klann; Claudécir Paton; Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, Jorge Ribeiro de Toledo Filho	Revista Catarinense da Ciência Contábil	2009	Arrendamento mercantil. Lei 11.638/07. Empresas aéreas.	Português
2	Arrendamento Mercantil Operacional: As Mudanças Propostas pelos Organismos Internacionais e seus Efeitos nas Empresas Brasileiras	Evaldo Basílio de Oliveira Batista; Henrique Formigoni	Revista Evidenciação Contábil e Finanças	2013	Arrendamento mercantil. Lei 11.638/07. Empresas aéreas.	Português
3	Evidenciação e Divulgação das Práticas Contábeis Aplicadas Aos Ativos Imobilizados e Intangíveis, por Entidades Localizadas em Goiás, Sob a Ótica das IFRS	Machado, Lúcio de Souza; Floresta, Murilo Santos; Machado, Michele Rílany Rodrigues	Revista de Contabilidade da UFBA	2014	Convergência contábil, divulgação, imobilizado, intangível	Português
4	Relatório Modificado de auditoria: análise pré e pós-convergência aos padrões internacionais de contabilidade	Kronbauer, Clóvis Antônio; Olivia Silvestre, Adalene; Bernarfes Sprenger, Kélim	Revista Catarinense da Ciência Contábil	2016	Auditoria, Convergência, Relatório de auditoria independente	Português
5	Normas Baseadas em Princípios e Regras: Uma Análise Comparativa das Normas do IASB e FASB	Mota, Renato Henrique Gurgel; Oliveira, Atelmo Ferreira de; Niyama, Jorge Katsumi; Paulo, Edilson	Revista Ambiente Contábil	2016	Normas baseadas em princípios. Normas baseadas em regras. IFRS. US GAAP	Português
6	Alterações nos Indicadores Financeiros das Companhias do Setor de Atacado e Varejo Decorrentes da Nova Contabilização do Arrendamento Mercantil Operacional	Mariana M’Oreira Arrozio; Alexandre Gonzales; Fabiana Lopes da Silva	Revista Eniac Pesquisa	2016	Arrendamento Mercantil Operacional, IFRS 16, Indicadores Financeiros	Português
7	Impactos das Normas Internacionais de Auditoria nos Relatórios dos Auditores sobre as Demonstrações Financeiras dos Bancos Brasileiros	Castro, Rafael Lopes Cardozo; Vasconcelos, João Paulo Barros; Dantas, José Alves	Revista Ambiente Contábil	2017	Auditoria. ISA. Relatório de Auditoria. Opinião Modificada. Ênfase	Português
8	Contabilidade e Arrendamento mercantil/ Leasing: Revisão da Literatura Nacional e Internacional (2000–2018)	Matos, Eduardo Bona Safe de; Murcia, Fernando Dal-Ri	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	2019	Arrendamento Mercantil; Leasing; Revisão da Literatura; Normatização; IASB/FASB	Português

9	Evidenciação de Arrendamento Mercantil Operacional pelo CPC 06 (R2) em Empresas Brasileiras de Capital Aberto na B3	Rodrigues Vieira da Silva, Maria Jucilene; Oliveira, Edson de; Santos, Fernando De Almeida	Redeca	2019	Arrendamento Mercantil. CPC 06 (R1). IAS 17. IFRS16. CPC 06 (R2).	Português
10	Alteração na Contabilização de Operações e Arrendamento Mercantil: Evidenciação do Impacto Previsto pelas Companhias dos Segmentos de Transportes da B3	Seidler, Marcelo Vítor; Fagundes, Ernando	RC&C Revista de Contabilidade e Controladoria	2020	CPC 06. Arrendamento Mercantil. IFRS 16.	Português
11	Estamos utilizando as Referências Adequadas? Comparação das Citações Utilizadas na Literatura Nacional e Internacional sobre Leasing	Matos, Eduardo Bona Safe de; Góis, Alan Diógenes; Nasu, Vítor Hideo; Murcia Fernando Dal-Ri	Sociedade, Contabilidade e Gestão	2020	Uso de Referências; Teoria normativa das citações; Bibliometria avaliativa; Arrendamento mercantil; Qualidade da produção científica.	Português
12	Impacts of CPC 06- Operações de Arrendamento Mercantil em uma Indústria de Revestimentos Cerâmicos	Mandelli, Maíke Bordignon; Monteiro, Januario Jose; Oliveira Ritta, Cleyton de	RC&C Revista de Contabilidade e Controladoria	2020	Arrendamento Mercantil; CPC 06(R2); Evidenciação Contábil; Indústria de Revestimentos Cerâmicos.	Português
13	Determinantes do financiamento por Leasing e Dívida no Brasil	Crisóstomo, Vicente; Pinheiro, Bruno; Auzier, Jackeline	Revista de Evidenciação Contábil e Finanças	2021	Estrutura de Capital. Dívida. Leasing	Português
14	Evidenciação da adoção do IFRS 16 nos indicadores Econômico-financeiros em empresas do Setor Elétrico listadas na B3	Rodrigues, Rubens Carlos; Costa, Dayara Ketley Santos; de Lima, Maria Araci; Sampaio, Thicia Stela Lima	RC&C Revista de Contabilidade e Controladoria	2021	IFRS 16, Arrendamento, Leases, Evidenciação contábil, Indicadores Financeiros.	Português
15	Avaliação do nível de disclosure de arrendamentos mercantis nas demonstrações contábeis de empresas de consumo não-cíclico: um estudo sob a luz do novo IFRS 16	De Sousa Silva, Ícaro Luiz; Gonzales, Alexandre; De Almeida Santos, Fernando	Revista Ambiente Contábil	2022	IFRS 16, Arrendamento, Evidenciação	Português

Fonte: Dados da pesquisa, 20

APÊNDICE B – EMPRESAS QUE COMPUSERAM A AMOSTRA DO ESTUDO

	CÓDIGO	EMPRESA	SUBSETORES
1	TTEN	3TENTOS	Primário
2	GRAO	AGRIBRASIL	Agroserviços
3	AGXY	AGROGALAXY	Primário
4	APTI	ALIPERTI	Primário
5	FRRN	ALL NORTE	Agroserviços
6	GASC	ALL PAULISTA	Agroserviços
7	ABEV	AMBEV S/A	Agroindústria
8	ARZZ	AREZZO CO	Agroindústria
9	ARML	ARMAC	Agroserviços
10	ASAI	ASSAI	Agroserviços
11	BBML	BBMLOGISTICA	Agroserviços
12	SOJA	BOA SAFRA	Primário
13	AGRO	BRASILAGRO	Primário
14	BRFS	BRF SA	Primário
15	CAML	CAMIL	Primário
16	CRFB	CARREFOUR BR	Agroserviços
17	CEDO	CEDRO	Agroindústria
18	CSAN	COSAN	Agroindústria
19	CTNM	COTEMINAS	Agroindústria
20	CTCA	CTC S.A.	Insumos
21	DXCO	DEXCO	Primário
22	DOHL	DOHLER	Agroindústria
23	EPAR	EMPAR S/A	Agroindústria
24	EUCA	EUCATEX	Primário
25	BAUH	EXCELSIOR	Primário
26	VSPT	FER C ATLANT	Agroserviços
27	FHER	FER HERINGER	Insumos
28	CGRA	GRAZZIOTIN	Primário
29	GMAT	GRUPO MATEUS	Agroserviços
30	HBSA	HIDROVIAS	Agroserviços
31	CATA	IND CATAGUAS	Agroindústria
32	RANI	IRANI	Primário
33	JALL	JALLESMACHAD	Primário
34	JBSS	JBS	Primário
35	JOPA	JOSAPAR	Primário
36	JSLG	JSL	Agroserviços
37	CTKA	KARSTEN	Agroindústria
38	KEPL	KEPLER WEBER	Agroserviços
39	KLBN	KLABIN S/A	Primário
40	MDIA	M.DIASBRANCO	Agroindústria
41	MRFG	MARFRIG	Primário
42	MSPA	MELHOR SP	Primário
43	MTSA	METISA	Agroserviços
44	BEEF	MINERVA	Primário
45	MNPR	MINUPAR	Primário
46	MRSA	MRS LOGIST	Agroserviços

47	NUTR	NUTRIPLANT	Insumos
48	ODER	ODERICH	Primário
49	OFSA	OUROFINO S/A	Insumos
50	PCAR	P.ACUCAR-CBD	Agroserviços
51	PTNT	PETTENATI	Agroindústria
52	PPAR	POLPAR	Agroindústria
53	FRTA	POMIFRUTAS	Primário
54	RAIZ	RAIZEN	Agroindústria
55	RESA	RAIZEN ENERG	Agroindústria
56	RAPT	RANDON PART	Agroserviços
57	RCSL	RECRUSUL	Agroserviços
58	RAIL	RUMO S.A.	Agroserviços
59	SNSY	SANSUY	Agroserviços
60	CTSA	SANTANENSE	Agroindústria
61	SMTO	SAO MARTINHO	Primário
62	SLCE	SLC AGRICOLA	Primário
63	SGPS	SPRINGS	Agroindústria
64	NEMO	SUZANO HOLD	Primário
65	SUZB	SUZANO S.A.	Primário
66	TEKA	TEKA	Agroindústria
67	LAND	TERRASANTAPA	Agroserviços
68	TXXR	TEX RENAUX	Agroindústria
69	LUXM	TREVISA	Agroserviços
70	TUPY	TUPY	Agroserviços
71	VAMO	VAMOS	Agroserviços
72	VITT	VITTIA	Insumos
73	WLMM	WLM IND COM	Agroserviços

Fonte: B3 (2022).

APÊNDICE C – DADOS COLETADOS DIRETAMENTE DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DAS EMPRESAS

EMPRESA	ATIVO						PASSIVO						PATRIMONIO LÍQUIDO		LUCRO LÍQUIDO	
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE		ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE		CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE		2018	2019
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019
3 TENTOS	751.498	1.119.831	329.430	404.195	116.188	141.687	723.244	58.226	991.564	132.641	299.458	399.821	125.227	120.819		
AMBEV	24.718.073	25.329.605	64.048.301	70.384.812	8.372.895	9.925.812	29.066.712	11.779.919	25.208.961	13.050.648	47.919.743	57.454.808	7.787.495	11.347.710		
AREZZO	842.001	980.665	203.031	432.584	49.338	50.438	255.889	77.801	464.659	202.519	711.342	746.071	142.644	162.139		
BRASILAGRO	372.279	440.827	807.320	916.787	721.001	806.122	203.153	220.582	226.618	250.463	755.864	880.533	126.338	177.079		
BRF S.A	19.030.900	15.045.427	23.351.477	26.655.204	7.549.076	9.455.356	14.488.640	20.361.960	13.324.005	20.228.277	7.531.777	8.148.349	2.114.506	1.213.261		
ATACADÃO S.A	17.898.000	22.155.000	18.779.000	22.757.000	5.530.000	6.979.000	16.746.000	5.884.000	20.059.000	10.148.000	14.047.000	14.705.000	1.863.000	1.328.000		
COSAN S.A	7.589.545	11.336.691	21.200.215	21.528.449	2.583.496	3.156.130	3.994.218	13.872.409	6.166.076	15.637.848	10.923.133	11.061.216	1.903.751	2.483.275		
DEXCO S.A	3.651.832	3.514.047	5.830.026	7.200.641	2.118.365	2.787.462	2.072.546	2.774.445	2.149.913	3.632.607	4.634.867	4.932.168	431.796	405.727		
FERTILIZANTES HERINGER S.A	951.502	762.333	874.220	817.600	396.896	373.505	2.378.923	68.635	505.430	1.043.118	-621.836	31.385	-779.610	653.221		
GRUPO MATEUS S.A	2.541.734	2.780.285	848.904	1.341.051	144.079	128.466	1.101.236	688.982	1.010.174	1.161.875	1.600.420	1.949.287	298.659	337.695		
HIDROVIAS BRASIL S.A	1.419.900	1.246.394	3.351.646	3.471.271	82.331	211.198	403.366	2.753.786	323.192	2.850.902	1.614.394	1.543.571	162.116	58.609		
IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A	386.646	503.864	1.140.018	1.075.682	196.541	235.908	453.941	765.329	430.506	812.549	307.394	336.491	-223	-79.592		
JBS S.A	36.899.549	41.924.374	77.246.282	84.415.013	12.457.265	15.670.858	21.601.716	64.597.906	28.457.692	65.399.646	27.946.209	32.482.049	210.116	6.464.854		
KEPLER WEBER S.A	316.234	303.267	388.039	372.835	122.032	136.316	204.321	58.927	176.953	31.765	441.025	467.384	8.266	37.572		
KLABIN S.A	10.861.934	13.673.944	18.771.809	21.029.138	6.250.857	7.045.033	3.708.316	19.392.197	3.104.523	25.097.286	6.533.230	6.501.273	186.818	714.618		
M. DIAS BRANCO S.A IND COM DE ALIMENTOS	2.449.247	2.321.779	5.358.219	5.779.252	399.551	597.131	1.280.830	964.793	1.153.607	912.471	5.561.843	6.034.953	723.497	556.884		
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A	11.762.957	14.420.104	14.741.315	17.151.917	2.910.499	3.931.078	8.646.390	13.846.325	10.615.048	19.180.632	4.011.557	1.776.341	2.153.970	1.582.239		
MINERVA S.A	8.142.335	8.269.284	4.682.086	4.964.453	400.730	643.671	5.988.619	7.136.916	5.628.000	7.887.399	-301.114	-281.662	1.264.782	16.157		
CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO RANDON S.A	40.849.000	19.968.000	21.139.000	38.507.000	4.046.000	4.321.000	37.587.000	11.242.000	23.135.000	21.792.000	13.159.000	13.548.000	1.284.000	836.000		
IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES	3.480.600	3.758.056	2.342.059	2.570.058	622.745	621.480	1.582.508	2.195.190	1.507.680	2.644.472	2.044.961	2.175.962	226.903	300.544		
RECRUSUL S.A	15.332	15.613	25.647	23.207	23.866	19.663	29.782	75.126	28.063	78.019	-63.929	-63.262	-13.052	-3.463		
RUMO S.A	4.073.989	4.949.483	23.060.124	27.883.181	3.605.423	8.685.967	2.473.318	16.366.172	3.037.052	21.181.325	8.294.623	8.614.287	272.967	785.871		
SÃO MARTINHO S.A	3.252.700	3.486.150	6.496.022	8.627.376	474.233	339.326	1.257.665	5.100.047	1.736.475	7.030.375	3.391.010	3.346.676	314.045	639.010		
SILCAGRICOLA S.A	2.582.026	3.090.810	3.173.511	3.867.319	173.311	200.926	1.890.191	1.070.593	2.043.561	1.930.147	2.794.753	2.984.421	406.501	315.041		

SUZANO S.A	30.798.892	23.133.752	18.884.237	79.023.988	5.759.314	16.017.557	6.058.678	35.848.031	11.479.195	68.341.061	12.025.935	18.087.969	318.460	-2.814.742
TUPY S.A	2.350.747	2.557.444	2.599.342	2.524.825	680.649	673.105	1.174.763	1.533.465	1.126.495	1.610.269	2.199.963	2.387.403	271.721	278.932
VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	450.198	1.573.234	1.013.084	2.040.765	58.656	62.980	524.196	917.753	681.340	1.881.755	581.483	490.754	112.937	141.782
CAMIL ALIMENTOS S.A	2.483.575	1.953.085	2.700.181	2.109.208	296.161	308.640	1.107.623	1.159.922	1.244.841	1.315.176	2.169.115	2.249.372	362.387	239.628
RAÍZEN S.A	12.299.488	11.259.369	13.395.104	15.784.363	4.644.389	6.868.504	10.031.549	10.462.956	11.980.903	13.045.010	3.064.352	4.153.554	1.708.021	2.100.884

Fonte: Adaptado da B3 (2018/2019). (https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm)

APÊNDICE D – CÁLCULOS DOS ÍNDICES FINANCEIROS

EMPRESAS	ÍNDICES DE ESTRUTURA				ÍNDICES DE LIQUIDEZ				ÍNDICES DE RENTABILIDADE					
	PARTICIPAÇÃO DE CT		COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDUAMENTO		IMOBILIZAÇÃO DO PL		GERAL		CORRENTE		ATIVO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019
3 TENTOS	260,96	281,18	92,55	88,20	38,80	35,44	1,11	1,12	1,04	1,13	11,59	0,17	41,82	30,22
AMBEV	85,24	66,59	71,16	65,89	17,47	17,28	0,81	0,92	0,85	1,00	8,77	44,05	16,25	19,75
AREZZO	46,91	89,43	76,68	69,65	6,94	6,76	2,67	1,55	3,29	2,11	13,65	8,55	20,05	21,73
BRASILAGRO	56,06	54,18	47,94	47,50	95,39	91,55	2,58	2,61	1,83	1,95	10,71	0,65	16,71	20,11
BRF S.A	462,71	411,77	41,57	39,71	100,23	116,04	0,76	0,73	1,31	1,13	-4,99	3,21	-28,07	14,89
ATACADÃO S.A	161,10	205,42	74,00	66,41	39,37	47,46	1,04	0,96	1,07	1,10	5,08	3,04	13,26	9,03
COSAN S.A	163,57	197,12	22,36	28,28	23,65	28,53	0,57	0,66	1,90	1,84	6,61	13,40	17,43	22,45
DEXCO S.A	104,58	117,24	42,76	37,18	45,70	56,52	1,19	1,09	1,76	1,63	4,55	9,37	9,32	8,23
FERTILIZANTES HERINGER S.A	-393,60	4934,04	97,20	32,64	-63,83	1190,07	0,55	0,73	0,40	1,51	-42,70	31,06	125,37	2081,32
GRUPO MATEUS S.A	111,86	111,43	61,51	46,51	9,00	6,59	1,50	1,34	2,31	2,75	8,81	5,40	18,66	17,32
HIDROVIAS BRASIL S.A	195,56	205,63	12,78	10,18	5,10	13,68	0,48	0,46	3,52	3,86	3,40	2,52	10,04	3,80
IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A	396,65	369,42	37,23	34,63	63,94	70,11	0,48	0,60	0,85	1,17	-0,01	-0,09	-0,07	-23,65
JBS S.A	308,45	288,95	25,06	30,32	44,58	48,24	0,57	0,61	1,71	1,47	0,18	15,28	0,75	19,90
KEPLER WEBER S.A	59,69	44,66	77,62	84,78	27,67	29,17	1,66	2,11	1,55	1,71	1,17	0,18	1,87	8,04
KLABIN S.A	353,58	433,79	16,05	11,01	95,68	108,36	0,74	0,73	2,93	4,40	0,63	3,67	2,86	10,99
M. DIAS BRANCO S.A IND COM DE ALIMENTOS	40,38	34,24	57,04	55,84	7,18	9,89	1,27	1,41	1,91	2,01	9,27	2,86	13,01	9,23
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A	560,70	1677,36	38,44	35,63	72,55	221,30	0,65	0,62	1,36	1,36	8,13	8,16	53,69	89,07
MINERVA S.A	-4358,99	-4798,45	45,63	41,64	-133,08	-228,53	0,65	0,66	1,36	1,47	-9,86	0,03	420,03	-5,74

CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	371,07	331,61	76,98	51,49	30,75	31,89	0,92	0,54	1,09	0,86	2,07	3,71	9,76	6,17
RANDON S.A	184,73	190,82	41,89	36,31	30,45	28,56	1,09	1,05	2,20	2,49	3,90	7,95	11,10	13,81
IMPLEMENTOSE PARTICIPAÇÕES														
RECRUSUL S.A	-164,10	-167,69	28,39	26,45	-37,33	-31,08	0,37	0,33	0,51	0,56	-31,85	-0,01	20,42	5,47
RUMO S.A	227,13	281,14	13,13	12,54	43,47	100,83	0,41	0,56	1,65	1,63	1,01	5,79	3,29	9,12
SÃO MARTINHO S.A	187,49	261,96	19,78	19,81	13,99	10,14	0,59	0,44	2,59	2,01	3,22	8,69	9,26	19,09
SLCAGRICOLA S.A	105,94	133,15	63,84	51,43	6,20	6,73	0,93	0,83	1,37	1,51	7,06	0,38	14,55	10,56
SUZANO S.A	348,47	441,29	14,46	14,38	47,89	88,55	0,87	0,44	5,08	1,65	0,59	-13,15	2,65	-15,56
TUPY S.A	123,10	114,63	43,38	41,16	30,94	28,19	1,12	1,20	2,00	2,31	5,54	6,01	12,35	11,68
VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	247,98	522,28	36,35	26,58	10,09	12,83	0,35	0,42	0,86	1,49	5,58	4,54	19,42	28,89
CAMIL ALIMENTOS S.A	104,54	113,81	48,85	48,63	13,65	13,72	1,23	1,18	2,24	2,17	8,17	1,30	16,71	10,65
RAÍZEN S.A	668,80	602,52	48,95	47,87	151,56	165,36	0,83	0,81	1,23	1,12	7,25	15,68	55,74	50,58

Fonte: Autora. Legenda: Capital de terceiros (CT) – Patrimônio líquido (PL).

APÊNDICE E – REFLEXOS DA ADOÇÃO NOS ÍNDICES FINANCEIROS

EMPRESAS	Δ% PCT	Δ% C. END	Δ% IPL	Δ% LC	Δ% LG	Δ% ROA	Δ% ROE
3TENTOS	0,077465866	-0,046978476	-0,086646184	0,086897889	0,010642737	-0,070642675	-0,277383991
AGBRASIL	-0,884927046	-0,088568195	-0,956190207	0,219303736	0,024800036	-1,071102744	-1,057605493
AGROGALAXY	-0,079417699	0,079708677	0,204533993	-0,081150187	0,015610954	-11,87924915	-11,95270735
ALIPERTI	0,061388999	0,405087527	0,006667061	-0,35336097	-0,080723664	-0,928821151	0,56912748
ALL NORTE	-0,083759744	-0,053104186	-0,11936274	0,319469465	0,065124186	1,028108359	0,341153687
ALL PAULISTA	-0,366257725	0,022642822	-0,281222382	-0,126505264	0,082780424	-0,980659666	-0,849669323
AMBEV S/A	-0,059284748	-0,031329956	0,088799148	0,099098087	0,087706495	2,66456924	-0,013508338
AREZZO CO	0,906324448	-0,091794325	-0,025291824	-0,358605352	-0,421423732	-0,139267662	0,083757894
BBMLOGISTICA	1,103472019	-0,178103563	4,805127898	-0,167666827	-0,258661175	1,1354128	0,946960946
BOA SAFRA	-0,504206536	0,427041669	-0,564512338	-0,089850406	0,165411882	-0,538931335	0,298803577
BRASILAGRO	-0,033513465	-0,009228788	-0,040239369	0,061520744	0,013023464	-0,938981465	0,20318134
BRF SA	-0,110103221	-0,044797696	0,157742346	-0,140317621	-0,042555573	-1,164542496	-1,061560492
CAMIL	0,088700012	-0,004514397	0,004952732	-0,03262763	-0,041248922	-0,884757999	-0,3623443
CARREFOUR BR	0,275092218	-0,102622554	0,205553867	0,031535666	-0,069652537	0,160312588	-0,319067954
CEDRO	0,150402793	-0,009651809	0,338665803	-0,06795246	-0,030823758	-1,009859783	-1,325253555
COSAN	0,205137047	0,264983964	0,206400305	-0,032405346	0,167374076	1,931946931	0,288127999
COTEMINAS	0,649688533	-0,176468686	0,469246828	2,691189333	-0,068054768	-1,981959881	-1,392639939
CTC S.A.	-0,043157624	0,178916883	-0,081516372	-0,103752775	0,02760743	-0,914649467	-0,200748368
DEXCO	0,121099982	-0,130495614	0,236538317	-0,072358715	-0,084604043	1,27812226	-0,117012186
DOHLER	-0,083802078	-0,041554641	2,726689815	0,079976428	0,112558255	0,088977672	-0,383153456
EMBPAS S/A	-0,965043007	0,061961313	-0,963096597	-0,083443322	-0,007944083	-1,083338901	-1,040079854
EUCATEX	-0,0119655	-0,108279988	-0,039572681	0,179531759	0,037513361	5,744856431	1,158333485
EXCELSIOR	-0,164448527	0,047415555	1,234933165	-0,051263277	0,109770594	-0,971036629	0,830449127
FER C ATLANT	2,644168686	-0,489093284	0,132439336	-0,378438939	-0,686310041	-9,924471824	-3,245474152
FER HERINGER	-13,53560814	-0,664193614	-19,6454739	2,770981342	0,33139406	-1,003091377	15,60108469
GRUPO MATEUS	-0,003856553	-0,243947268	-0,267941648	0,192458935	-0,107379051	-0,38674327	-0,071659693
HIDROVIAS	0,051495012	-0,203039089	1,682929958	0,095560276	-0,034894116	0,247523842	-0,62188722
IND CATAGUAS	-0,061640869	-0,124063236	2,923176559	-0,0574514	0,091882316	-1,342293397	-2,691228006
IRANI	-0,068651134	-0,069772141	0,096507081	0,374105285	0,244226934	5,416582422	325,0517145
JBS	-0,063209762	0,209897422	0,082304733	-0,137549644	0,071708173	81,42819307	25,47153238

JOSAPAR	-0,048666101	-0,020449266	2,838334613	-0,056865585	0,008917645	-0,911202778	-0,407690826
JSL	-0,358381359	-0,052026687	-0,313116583	0,068696902	0,019580343	1,95017329	-0,116420608
KARSTEN	0,035811454	-0,809056713	-0,147185425	4,553025645	0,054831984	-0,865913653	-0,774805972
KEPLER WEBER	-0,251857732	0,09232054	0,054053058	0,10731624	0,265051728	-0,849938207	3,289022063
KLABIN S/A	0,226831411	-0,314254756	0,132590755	0,503725244	-0,00827304	4,827077314	2,844012375
M.DIASBRANCO	-0,152080352	-0,021058982	0,377343391	0,031443178	0,09444234	-0,689428121	-0,290629966
MARFRIG	1,991562279	-0,07322199	2,050217681	-0,001461667	-0,055895196	0,236913523	0,658895627
MELHOR SP	0,110917041	-0,082390301	0,094762792	-0,308184592	-0,290224323	-1,124434613	-9,12690571
MINERVA	0,100815526	-0,087326275	0,717175865	0,08066612	0,013202251	-1,019488995	-1,013656762
MINUPAR	-0,001526874	0,051369757	-0,359490757	0,543865254	0,203997607	-0,989829015	-0,548627828
MRS LOGIST	0,486174586	-0,102473222	-0,218919655	0,463784366	-0,012097703	3,055628697	-0,095770233
NUTRIPLANT	-1,825890815	1,080115375	-1,45562344	-0,006057275	0,481804622	-6,193442074	20,35914918
ODERICH	-0,120851706	-0,033448914	0,160896244	0,096965446	0,070965474	-0,251388847	0,189737756
OUROFINO S/A	-0,104966092	0,274724543	-0,155579775	-0,165069674	0,045014307	-0,985397397	-0,37783246
P.ACUCAR-CBD	-0,106329775	-0,331036765	0,037304082	-0,205815697	-0,411993578	-0,896704214	-0,367604235
POLPAR	0,004136761	0,081164123	-0,003740961	0,010428522	-0,002997847	1,195782374	0,389940747
POMIFRUTAS	-0,030761813	0,303406926	-0,368372533	-0,318866753	-0,252994727	-1,000182083	-1,080239781
RAIZEN	-0,099110994	-0,021931986	0,091069354	-0,088120393	-0,02061942	-0,25424354	-0,092539652
RAIZEN ENERG	1,020291744	0,229512652	1,234971108	-0,170728814	0,05137006	-0,246485159	-0,363553755
RANDON PART	0,032951024	-0,133203294	-0,062112752	0,133302566	-0,028944482	1,039634249	0,24480564
RECRUSUL	-0,038916269	-0,068147563	-0,216934163	0,080705377	-0,110015724	-0,999610281	-0,747824111
RUMO S.A.	0,23780778	-0,044795464	1,319739752	-0,010609548	0,381228763	14,19818643	1,772160881
SANSUY	0,197533482	6,859086666	-0,763407725	-0,915175147	-0,404796615	-0,155940912	0,009213475
SANTANENSE	-0,152807529	-0,01754437	-0,097458909	0,102640887	0,076252436	-0,986248576	-0,857734236
SAO MARTINHO	0,058879996	-0,056442087	-0,305835353	0,175058556	0,040771735	-0,182386274	-0,380382749
SLC AGRICOLA	0,256818513	-0,194449652	0,085658793	0,107209447	-0,109854404	-0,126551905	-0,274247062
SPRINGS	-0,039764737	-0,161383886	-0,126365348	0,02067001	-0,127518651	-0,983556772	-0,608370973
SUZANO HOLD	0,263701978	-0,005074479	0,835790068	-0,675357521	-0,497832485	-5,988505848	-7,007050794
SUZANO S.A.	0,266364149	-0,005272781	0,849075176	-0,676383402	-0,498774318	-25,07341591	-6,87641894
TEKA	-0,027804234	0,005177277	-0,037419628	-0,037982526	-0,011769296	4,284458274	-0,057396939
TEX RENAUX	0,046633443	-0,035589273	0,14398034	0,239939699	0,186299077	-2,760607414	-3,008636788
TREVISIA	0,014371932	0,463992813	-0,912530517	0,643730533	0,127825668	-0,843306059	1,160620511

TUPY	-0,068802576	-0,051085934	-0,088725438	0,153130674	0,068262108	0,0858469	-0,054057413
VAMOS	1,106143594	-0,268767677	0,272223423	0,731297539	0,189679851	1,241285358	0,4875036
VITTIA	-0,211526261	-0,029681002	-0,55469871	0,092663941	0,039656891	-0,183680309	0,02864175
WLM IND COM	-0,258359537	-0,183672275	-0,310739695	0,637548534	0,260079493	-0,932429821	1,863339957

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.